

1 **ATA N.º 21/04 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE**

2 Aos onze dias do mês de novembro de 2004, reuniu-se às dezenove horas no Auditório
3 da Secretaria Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, em
4 Plenária Extraordinária com os seguintes Conselheiros presentes: **Titulares:** Oscar
5 Paniz, Darcy Azevedo, Ângela Groff, Darcy Dias, Zilda Martins, Maria Ivone Dill, Maria
6 Encarnación Ortega, Ana Maria Araújo Cirne, Mariza de Fátima Waschburger, Débora
7 Melecchi, Ana Maria Moreira, Adriana Maria Parise, Alair Rosinete Silva, Sandra
8 Fagundes, Márcia Nunes, Nei Carvalho. **Suplentes:** Ana Boll, Jaci dos Santos, Ernani
9 Ramos, Lísia Hausen Gabe, Lisiane Ferreira dos Santos, Antônia da Silva, Alcides
10 Pozzobon. **Falta Justificada:** Gleci Alvarenga, Elen Borba, Carlos Geyer. **Leitura da Ata**
11 **resumida nº 20** pela Vice-Coordenadora Ana Cirne, que após lida foi aprovada por 18
12 votos favoráveis, 03 abstenções e nenhum contrário. **1) Apresentação. 2) Informes: A)**
13 O Coordenador Nei Carvalho divulga locais para a confraternização de final de ano. A
14 melhor opção de local e preço é no GRAND'S BAR sito à Av. Lima e Silva n.º 53, a R\$
15 7,00 o estrogonofe com 10 tipos de saladas, sobremesa e sem bebida. **B) Pré-Pauta**
16 **sobre o Boletim do CMS para uma próxima plenária. C) Parecer SETEC n.º 64/04 –**
17 **Relatório do Sistema de Informações da Farmácia Básica referente aos meses de**
18 **julho, agosto e setembro de 2004. Parecer Setec nº 65/04 – Convênio FAURGS:**
19 **Repasso do FES - Fundo Estadual de Saúde, referente aos meses de fevereiro,**
20 **março, e de abril de 2004** aprovado por 16 votos favoráveis, um contrário e duas
21 abstenções. **Parecer Setec nº 67/04 – Parceria Resolve do Hospital Vila Nova,**
22 **referente aos meses de julho, agosto e setembro de 2004** – aprovado por 15 votos
23 favoráveis, nenhum contrário e 03 abstenções. **Parecer Setec nº 68/04 – Convênio**
24 **SUSEPE do Hospital Vila Nova** aprovado por 16 votos, 05 abstenções e 03 contrários.
25 **Parecer Setec nº 69/04 – Centro Especializado em Saúde Bucal no C.S Santa Marta**
26 **e GHC** aprovado por 10 votos favoráveis, 03 abstenções e 07 contrários. Zilda Martins
27 comenta o fluxo dos projetos no CMS. O Parecer SETEC 66/04 passou pela Comissão de
28 HIV/AIDS do CMS onde houveram manifestações preocupantes quanto ao nº de óbitos
29 no Vila Nova. A Comissão não formalizou sua posição ao Núcleo. Sugere aprofundar as
30 informações antes da apreciação pela plenária e verificar o atendimento aos usuários.
31 Ana Cirne, membro da Comissão de HIV/AIDS, que reuniu-se dia 8-11-04 relata que os
32 representantes do Hospital Vila Nova compareceram nesta reunião e que o Sr. Jair
33 Ferreira do HCPA e o Sr. Celso; epidemiologista do GHC questionaram o nº de óbitos
34 elevado em relação ao nº de atendidos, fazendo a hipótese de que as condições de
35 atendimento e os serviços estão precários ou estão prestados acima do contratado que
36 não é o á alta complexidade. Ana Cirne refere que o GAPA/RS tem reclamado das visitas
37 em dias alternados pelos médicos, falta de higiene predial, problemas nos cuidados,
38 alimentação deficiente, além de não haver verificação de satisfação dos usuários. Ana
39 Moreira fala que no Parecer Setec nº 66/04 deveria constar o percentual da população
40 coberto pelos recursos repassados ao Hospital Vila Nova. Destaca que até hoje não foi
41 resolvida a questão dos presidiários que internam, com grande aparato de metralhadoras,
42 no GHC. O Sr. Alcides Pozzobon comenta que desconhece a íntegra do Projeto para a
43 Saúde Bucal no Santa Marta e encaminha que aqueles projetos que necessitem maiores
44 informações os conselheiros possam solicitar **vistas ao processo** e sugere que se
45 agregue recomendações à instituição. Ana Boll esclarece que os recursos aplicados na
46 Farmácia Básica, pelo repasse da SES/RS foram de 700 mil reais, no trimestre. O
47 Município gasta três vezes mais, com recursos próprios para manter a Assistência
48 Básica. A Secretária Sandra Fagundes estranha o questionamento do SIMERS quanto ao
49 uso de recursos Municipais para a Assistência Farmacêutica em função da ação

50 impetrada contra à SMS pelo fechamento de território em POA para a Assistência
51 farmacêutica. Ana Boll diz que o Parecer Setec 66/04 – Convênio HIV/AIDS para o
52 Hospital Vila Nova pode ser até retirado da plenária, mas os recursos foram empregados
53 conforme a finalidade conveniada. O GAPA/RS já referiu que outros hospitais não
54 acolhem pacientes HIV. Manifesta concordância para que se agregue condições ao
55 Prestador. Quanto ao Convênio SUSEPE com o Hospital Vila Nova a Secretária Sandra
56 Fagundes sugere examinar os indicadores e, impor condições para a renovação e
57 agendar visita da Comissão de HIV/AIDS e Comissão de Fiscalização do CMS. Os
58 convênios devem ser renovados por volta de abril/2005. Oscar Paniz sugere que o CMS
59 faça um resumo dos Projetos para apreciação da matéria pelo plenário. Informa que a
60 SETEC tem refletido sobre novas formas de apresentação dos Pareceres e aceita
61 contribuições. Alair Rosinete relata que presenciou no HVN procedimento contaminado
62 em enfermaria aberta, contrariando as normas. A SUSEPE atrasa o pagamento ao
63 Prestador e conseqüentemente este atrasa os salários. Ana Moreira sugere que a
64 Prestação de Contas contemple dados comparativos do financeiro, entre o planejado e o
65 executado e que os mesmos sejam divulgados no Site do CMS. O Parceria Resolve
66 repassa 60 mil reais/mês ao Hospital Vila Nova. Ana Cirne encaminha que a Fiscalização
67 do CMS inclua a presença da CGVS na visita ao HVN. O Coordenador Nei Carvalho
68 sugere a retirada do Parecer Setec 66/04 da pauta da plenária. Zilda Martins considera
69 que a SETEC não obtém todos os dados necessários e desconhece a integra do
70 Programa. Ana Boll afirma que a SETEC têm conhecimento para apreciar. Colocada em
71 votação o **Parecer Setec 66/04** foi aprovado por 16 votos favoráveis, 02 abstenções e 03
72 contrários. **3) Pauta: A) Continuação da Discussão da Proposta Orçamentária da
73 SMS, exercício 2005.** O Sr. Simioni do CAFO/SMS relata que 75% dos recursos gastos
74 com pessoal são da Fonte Municipal. Em torno de 10 milhões de reais/ano e de 1,5
75 milhão de reais/mês. Cerca de 850 mil reais/mês estão previstos em 2005, para o
76 pagamento da parcela SUS. Em 2004 a previsão foi de 750 mil reais/mês para está
77 finalidade. Duzentos e oitenta e oito milhões de reais provêm das Fontes Federal e
78 Estadual. Cento e oitenta e quatro milhões de reais para remuneração dos Prestadores.
79 Cento e trinta e nove milhões de reais pela Gestão Plena. O orçamento 2005 prevê
80 investimento de quarenta e cinco milhões de reais para Ações Estratégicas e trezentos
81 milhões de reais para consumo. Aproximadamente quinze milhões de reais para artigos
82 cirúrgicos. Alimentação (PACS/HPS); combustível (caldeiras HPV); produtos químicos:
83 O2 (podendo ser classificado como produto químico ou medicamento); locação de
84 veículos; quatrocentos e dez mil reais para Limpeza, etc. O Conselho Municipal de Saúde
85 tem orçamento gravado de 130 mil reais para 2005, afóra custeio com pessoal e
86 manutenção. Para a conservação de veículos 60 mil reais/ano. Vigilância em Saúde
87 quinhentos mil reais/ano. O Sr. Simioni esclarece que o EMENTÁRIO classifica as
88 despesas por tipos. Ana Moreira pergunta sobre a previsão de pagamento do incentivo
89 para os TSs que atuam em PSF, poderia sair do incentivo recebido pela SMS pelo PSF.
90 Em vez de contratar uma nova equipe remunerar melhor os TSs. A Secretária Sandra
91 Fagundes coloca que parte destes recursos estão sendo utilizados para o incentivo. A
92 SMS enviará proposta de Projeto de Lei ao CMS que será negociado na transição
93 prevendo o acompanhamento, avaliação e incentivo para PSF. A ASSEDISA fará reunião
94 dia 12-11-04, onde encaminhará proposta de incorporação dos recursos do PSF como
95 fonte permanente de custeio pelo MS e de revisão da Lei de Responsabilidade Fiscal.
96 Zilda Martins pergunta sobre o custeio com pessoal na Atenção Básica. Sandra Fagundes
97 responde que é de 38 milhões de reais e que existe estudo sobre o custo na US da SMS
98 pela UFRGS que pode ser acessado pelo CMS. Ana Cirne porque o orçamento para

99 medicamentos diminuiu? O Coordenador Nei Carvalho destaca que se os recursos são
100 do FMS, o CMS é quem discute. Ana Moreira indaga as razões do SIOPS apresentar
101 despesas/hab./ano tão variáveis de 316, 333, 347. Sandra Fagundes esclarece que o
102 SIOPS é uma Prestação de Contas e não um Orçamento. O Repasse é calculado em
103 relação à população de POA, mas sabe-se que a população atendida, como capital e pólo
104 Macroregional não se restringe aos portoalegrenses. Os recursos do GHC, em 2002
105 vinham pelo FMS, aumentou o financiamento pela Gestão Plena em aproximadamente
106 dois milhões de reais/mês. Pelo FIDEPS, através do Fundo Municipal de Saúde é
107 repassado quarenta milhões de reais ao HCPA e setenta e dois milhões de reais, extra
108 FMS ao GHC/ano. Pela expansão do SAMU o Município recebe à mais trezentos mil
109 reais/mês. Do orçamento geral da PMPA, isto é de tudo que a PMPA arrecada, em torno
110 de 1 bilhão de reais/ano 17,5% é aplicado em Saúde. O gasto com pessoal é de 40% do
111 todo. Há previsão de 250 mil reais/ano para o OP. Toda a matriz orçamentária da PMPA
112 as prioridades de investimento e dos temas passam pelo OP. A Saúde ficou em 5º lugar
113 na cidade, porque a população não priorizou. O coordenador Nei Carvalho alerta que não
114 há previsão de investimentos com recursos do Município para orçamento da SMS em
115 2005. Então, tudo é do FMS – Fundo Municipal de Saúde sendo deliberado, portanto no
116 CMS segundo as Leis do SUS. Lísia Gabe e Débora Melechi perguntam sobre a redução
117 de recursos para medicamentos. Zilda Martins se os 250 mil reais do OP estão no FMS?
118 Afirmando que o investimento de 1,5 milhões de reais/mês na Assistência Farmacêutica é
119 insuficiente. A previsão de 16 milhões de reais em 2004 será ultrapassada informa o Sr.
120 Simioni. O Sr. Alcides Pozzobon sugere que a SMS provisione os 4 milhões de reais dos
121 medicamentos custeados pelo Estado, neste orçamento. A Secretária Sandra Fagundes
122 esclarece que tal medida só poderia se efetivar através de emenda na Câmara Municipal.
123 Ana Moreira solicita o total de gasto com pessoal em 2004. Foi de 150 milhões de reais
124 com previsão de custeio de 175 milhões de reais em 2005, somente para os estatutários.
125 O Coordenador Nei Carvalho informa que o orçamento vai à votação na Câmara
126 Municipal no final de novembro onde poderá ser acompanhado. Sandra Fagundes
127 informa que a SMS tem a pretensão de racionalizar o consumo de medicamentos,
128 aumentar o sistema de informática, efetivar a territorialização e implantar as Farmácias
129 Populares. Considera otimismo se dizer que vai gastar menos, mas se pode racionalizar.
130 O CMS pode auxiliar nas discussões sobre orçamento que iniciam normalmente em
131 junho. **Colocada em votação a Proposta Orçamentária para o exercício 2005 da SMS
132 foi aprovada por 12 votos favoráveis, uma abstenção e nenhum contrário.** Ana
133 Moreira registra que gostaria que a nova gestão que assume a PMPA em janeiro
134 estivesse nesta plenária. Fala que o CMS poderia estar interferindo de forma mais efetiva
135 nas indagações. O Coordenador Nei Carvalho instiga os conselheiros à participação nas
136 discussões. Oscar Paniz solicita a colaboração dos conselheiros junto às comissões.
137 Nada mais havendo a tratar, a reunião encerrou-se às 21,40 horas e dela eu, Eliana
138 Aguiar de Carvalho, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo Coordenador.
139 Porto Alegre, 11 de novembro de 2004.

140
141
142
143

Nei Carvalho
Coordenador do CMS/POA

Eliana Aguiar de Carvalho
Secretária Executiva do CMS/POA